



Centro Universitário de Brasília – UNICEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Curso Relações Internacionais

LORRAYNE CRISTINA LUCENA ROSA

POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO QUANTO AOS JOGOS DESPORTIVOS
DE 2014 E 2016

Brasília
2010

LORRAYNE CRISTINA LUCENA ROSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO QUANTO AOS JOGOS DESPORTIVOS
DE 2014 E 2016**

Monografia apresentada no Centro
Universitário de Brasília como um dos
pré-requisitos para obtenção do título
de Bacharel em Relações
Internacionais.

Brasília
2010

LORRAYNE CRISTINA LUCENA ROSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO QUANTO AOS JOGOS DESPORTIVOS
DE 2014 E 2016**

Monografia apresentada no Centro
Universitário de Brasília como um
dos pré-requisitos para obtenção do
título de Bacharel em Relações
Internacionais.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Fátima Faro
(orientadora)

Carlito Zanetti

Marcelo Gonçalves do Valle

Dedicado a minha família, amigos e em especial, aos meus pais, por terem sempre me apoiado nas horas que precisei.

Agradeço a professora Fátima Faro pela orientação dada no decorrer da monografia e aos meus amigos pela ajuda.

RESUMO

Esta monografia tem o objetivo de analisar a importância das políticas públicas desenvolvidas para a atração do investimento estrangeiro no Brasil para os eventos desportivos. Este estudo analisa o progresso da economia brasileira desde os tempos do período agroexportador , até a fase da abertura ao mercado externo, incluindo a entrada dos investimentos estrangeiros, com o foco para a área desportiva. Como molde para os eventos brasileiros de 2014 e 2016, será analisada a Copa da África do Sul de 2010. Dessa maneira, analisaremos as áreas prioritárias de investimento para a Copa do Brasil de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que apesar de ser concentrada na cidade do Rio de Janeiro, também precisara de grandes investimentos.

Palavra chave: políticas públicas, investimento estrangeiro direto, teoria da dependência, logística, infra-estrutura, Copa do Mundo, Olimpíadas

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the importance of public policies developed for the attraction of foreign investment in Brazil for sporting events. This study examines the progress of the Brazilian economy since the days of the agro-export period, until the stage of opening to foreign markets, including the entry of foreign investments, with the focus area for the sport. As a template for the events of 2014 and Brazil 2016, will be analyzed Cup South Africa 2010. Thus, analyzing the priority areas of investment for the Brazil Cup in 2014 and the 2016 Olympics, which despite being concentrated in the city of Rio de Janeiro, also needed some major investments.

Keywords: public policy, foreign direct investment, dependency theory, logistics, infrastructure, World Cup, Olympics

SUMÁRIO DE SIGLAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento e Social

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviços

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio

JK – Juscelino Kubitschek

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei de Orçamento Anual

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MTUR – Ministério do Turismo

NAFTA - Acordo de Livre Comércio da América do Norte

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMT – Organização Mundial do Turismo

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo

PPA – Plano Plurianual

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

SUMÁRIO DE QUADROS

Quadro 1 – Organização Atual da Indústria do Turismo.....	17
Quadro 2 – Períodos da Globalização	24
Quadro 3 – Investimentos para a Copa do Mundo.....	35
Quadro 4 – Chegadas de turistas	37
Quadro 5 – Despesas com consumo dos visitantes	38
Quadro 6 – Impacto da Copa em 11 diferentes setores da economia.....	42
Quadro 7 – As conquistas do Brasil com a Copa.....	43

SUMÁRIO DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos nos aeroportos.....	39
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
1.BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	4
2.POLÍTICAS PÚBLICAS: INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO E TURISMO.....	6
2.1 Políticas Públicas	6
2.2 Teoria da dependência.....	7
2.3 Investimento Estrangeiro Direto.....	11
2.4 Turismo de Prática Desportiva.....	14
3. TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO EXTERNO.....	19
3.1 Neoliberalismo.....	19
3.2 Globalização.....	24
3.3 Transnacionalismo.....	27
3.4 Consenso de Washington.....	31
4. JOGOS- EXEMPLO DA COPA DO MUNDO DA ÁFRICA DO SUL EM 2010	32
5. DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS JOGOS	5
5.1 Previsões	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
BIBLIOGRAFIA	44

INTRODUÇÃO

A partir de 1994, com a implementação da moeda “real” e estabilização da economia, o Brasil intensificou a abertura das portas para a área internacional. Dessa forma, os investimentos estrangeiros começaram a entrar no País, favorecidos principalmente pelo sistema de privatizações mais intenso. Até maio de 2004, a distribuição dos investimentos era focado nas áreas de telecomunicações e comércio, por exemplo. Mas nos dias atuais, a tendência maior é na área de serviços.

Tendo como molde a Copa do Mundo de 2010 na África do Sul, o Brasil tem a oportunidade de sediar os dois principais eventos do esporte mundial ainda nesta década, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Portanto, é clara a oportunidade de fortalecer a economia, por meio da infraestrutura de serviços, atrair investimentos nas áreas de hotelaria, reformar e construir aeroportos e estádios, entre outros.

Assim sendo, este trabalho, tem o objetivo de discutir o “status” do Brasil enquanto economia agroexportadora, de portas para o mercado externo, permitindo que o investimento estrangeiro entre e ajude a desenvolver áreas prioritárias para o desenvolvimento do País. A indicação do Brasil para sediar importantes eventos desportivos e, tendo como exemplo a Copa do Mundo de 2010 na África do Sul, demonstra como é importante discutir de que forma o País se prepara para este desafio. Portanto, este estudo propõe um momento de reflexão quanto a forma que as políticas públicas são desenvolvidas para a atração de investimento estrangeiro nas atividades do desporto e quais são as principais áreas de maciço investimento para os próximos eventos neste segmento.

O trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica que envolveu os principais teóricos que discutem a atração de investimentos estrangeiros, bem como do levantamento de dados junto as instituições oficiais como: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ministério do Turismo (MTUR), Organização Mundial do Turismo (OMT), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) entre outros. Dessa forma, é imperioso destacar que a área de Relações Internacionais ganha expressivo peso à ordem do dia.

O desenvolvimento deste trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, discorre-se sobre a política externa brasileira, na medida em que explora de que forma o

País superou a fase agroexportadora e buscou a industrialização. No segundo, mostra-se a definição de políticas públicas, bases da teoria da dependência, investimento estrangeiro direto e turismo. Na terceira parte, analisa-se as transformações ocorridas no cenário externo a partir da industrialização, as idéias neoliberais, o surgimento da globalização, transnacionalismo e o Consenso de Washington.

Após a contextualização temática, na quarta parte descreve-se como se desenvolveu o projeto a “Copa do Mundo de 2010 – África do Sul”, quais os ganhos deste evento, as principais áreas receptivas de investimento direto. Por fim, após a discussão onde são as principais áreas que devem receber investimento no Brasil, bem como o custo dessas obras apontadas e sua relevância para um aumento do turismo receptivo no País. Finda esta discussão, a última parte discorre uma conclusão do que foi apresentado.

1 – Breve Histórico da Política Externa Brasileira

O Brasil, até o início da década de 30 do século XX, se constituía como uma economia agroexportadora, ou seja, exportando produtos primários e atendendo sua demanda interna era atendida com importações.

Após a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, o País passou a adotar o Modelo de industrialização por Substituição das Importações, que privilegiava o mercado interno, incentivando a industrialização.

No governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956/60), o mercado brasileiro se abre ao capital estrangeiro. O Brasil começou uma nova estruturação do seu sistema econômico, influenciado pelo pensamento cepalino. Com o Plano de Metas, que tinha como objetivo "crescer cinquenta anos em cinco", de forma sintética, o País procurou: i) desenvolver a indústria de base, ii) investir na construção de estradas e de hidrelétricas, iii) fazer crescer a extração de petróleo. O objetivo com a participação era arrancar o Brasil de seu subdesenvolvimento e transformá-lo num país industrializado, dos industriais brasileiros que continuavam investindo nos setores tradicionais (tecido, móveis, alimentos, roupas e construção civil) e das multinacionais que entravam no Brasil pela primeira vez, para a produção de bens de consumo duráveis.

Registra-se que, para a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) “o Estado é concebido como uma entidade externa ao sistema socioeconômico, capaz de apreendê-lo de forma consciente, imprimindo-lhe uma racionalidade que, por si só, não possui”, RODRIGUES, (1986, p. 26). Portanto, o Estado tem o dever de defender os interesses nacionais em relação ao capital estrangeiro, imprimindo um ritmo e transformação nacionalista no sistema socioeconômico.

Assim sendo, o governo JK, desenvolveu a indústria brasileira com o planejamento econômico em vários setores da economia, preocupando-se com a capacidade produtiva de gerar infra-estrutura e bens intermediários, mas fundamentando a política de crescimento no setor de bens de consumo duráveis.

No início dos anos 60, a situação do Brasil estava conturbada pelos efeitos negativos do Plano de Metas, sendo eles o endividamento e a inflação. Isto levou a adoção da Instrução nº 204, de março de 1961, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que visava o equilíbrio das contas externas através da desvalorização da taxa de câmbio e a unificação do mercado cambial. Tal medida, adicionada às dificuldades políticas e econômicas brasileiras, fez o investimento direto estrangeiro reduzir de nível no período de 1961 a 1964.

Na ditadura, e com os militares no poder resolveu-se instituir as regras a serem seguidas para o desenvolvimento, criando-se para o período de 64/68 o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), período marcado por reformas institucionais de impacto. Os seus objetivos eram claros: aumentar o desenvolvimento econômico, conter gradativamente a inflação, reduzir os desníveis regionais e setoriais, assegurar uma política de investimento e corrigir a tendência de déficit na balança de pagamentos. Os investimentos estrangeiros voltaram a crescer a partir de 1965, favorecendo *superávits* crescentes na conta capital.

Na década de 70, a economia mundial, e particularmente a dos Estados Unidos, entra em recessão após a crise do petróleo de 1973, quando a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) triplica o preço do barril de petróleo. Tal fato ocorreu como retaliação dos países árabes, maioria dos constituintes da OPEP, aos Estados Unidos por estes terem apoiado Israel na Guerra do Yom Kippur, neste mesmo ano.

O Brasil, ainda sob impulso do milagre econômico, posterga os efeitos desta primeira crise do petróleo utilizando reservas cambiais e, em seguida, empréstimos internacionais para equilibrar sua deficitária balança comercial. Porém o milagre econômico começa a entrar em declínio.

Em 1979 uma nova crise do petróleo preocupa o Ocidente, desta vez motivada pela queda do Xá do Irã, Mohammad Reza Pahlavi, então aliado dos Estados Unidos. O Brasil sofre com muito mais intensidade os reflexos desta segunda crise do petróleo, tendo a inflação gradualmente acelerado seu ritmo de crescimento, por conta dos seguidos aumentos dos preços dos combustíveis no mercado interno. O milagre econômico então já acabara.

Na década de 80, o peso insustentável da dívida externa, o imobilismo gerado por uma excessiva proteção à indústria nacional, o fracasso dos programas de estabilização no combate à inflação e o esgotamento de um modelo de desenvolvimento, baseado fundamentalmente na intervenção generalizada do Estado na economia, esgotamento esse assente na crise do Estado brasileiro que diminuiu sensivelmente a sua capacidade de investimento, retirando-lhe o grande papel de principal promotor do desenvolvimento. Mas é na área financeira, que a crise se torna mais aguda, levando a economia a uma espiral inflacionária, que provocou uma queda nos níveis de poupança do setor público, criando um ambiente de incertezas que dificultou a retomada dos investimentos e continuou a provocar o alargamento dos desníveis sociais, com conseqüências imprevisíveis no futuro.

A partir de 1979, o padrão de crescimento baseado no financiamento externo ou estatal, através do investimento direto do Estado ou do investimento privado subsidiado, que tinha prevalecido durante a década de 70, entrou em crise, quando o fluxo de financiamento externo líquido cessou em 1982. Assim é que, em razão da crise nacional que se segue, emerge uma questão política básica, que é a de que nos anos oitenta, o Brasil perdeu o controlo do seu destino. Três fatores contribuíram decisivamente para isso, frustrando os intentos de colocar o país na trajetória do progresso e da modernidade: a dívida externa, as elevadas taxas de inflação e uma profunda crise do Estado. Sendo assim, a chamada “Década Perdida”.

O Brasil até 1993, portanto, apresentava altas taxas de inflação e instabilidade política, pois saiu de um governo militar em 1985, para entrar num regime democrático culminando no *impeachment* do primeiro presidente eleito por voto direto depois do regime autoritário, baixos índices de crescimento do PIB e do investimento total, media de 17,7% na década de 1980, reduzindo para 15,3% na década de 1990; (BANCO CENTRAL, 1996). Adicionalmente, o mercado começou a se abrir para o comércio e o investimento internacional no início da década de 1990.

A partir da implementação do Plano Real, em 1994, o Brasil inicia um novo ciclo, um sistema econômico aberto, com maior internacionalização, com incentivo às indústrias estrangeiras que aportarem nas terras brasileiras, maior estabilidade política e, principalmente, estabilidade de preços. Com esses preceitos o Brasil passou a fazer parte do sistema global e pensar na sua forma de inserção, significativa, no cenário internacional.

Sob a administração do presidente Lula da Silva, o Brasil tem exercido uma posição de destaque no grupo de países emergentes frente aos mais ricos. Uma das reivindicações desse grupo de países desrespeito à queda das barreiras alfandegárias e dos subsídios agrícolas, que vem sendo discutida na Organização Mundial do Comércio (OMC). Outra prioridade do governo Lula foi a integração da América do Sul através da expansão do Mercosul, criação da União Sul-Americana de Nações, e a abertura de novas rotas comerciais com países os quais o Brasil pouco se relacionava, em especial os países África do Sul, Índia e China.

A política do governo Lula (2003/2010) procurou dar ênfase a temas sociais, em particular à luta contra a fome e a pobreza em âmbito global. Como também, intensificou as discussões acerca do financiamento ao desenvolvimento, ao passo que estimulou o surgimento de mecanismos financeiros inovadores que incentiva o avanço tecnológico. Sendo assim, tem ganhado importância a discussão acerca dos crescentes fluxos de remessas de recursos dos migrantes que vivem em países desenvolvidos para seus países de origem. Isso influencia no desempenho econômico de muitos países em desenvolvimento.

Outrossim, o atual governo tomou decisões controversas em matéria de política externa. Uma delas foi o reconhecimento da China como economia de mercado, o que derrubou diversas barreiras comerciais impostas aos produtos chineses, facilitando sua entrada no mercado brasileiro prejudicando a economia nacional em alguns setores.

Por fim, no Seminário “Investing in Brazil” em Londres, em 5 de novembro de 2009, executivos declararam possuir confiança para investir no Brasil a longo prazo devido a um cenário de resistência perante a crise mundial ocorrida durante o período de 2008/2009, controle inflacionário, respeito aos contratos e câmbio em constante valorização.

2 - Conceitos

2.1 – Política Pública

A democracia é um regime de governo em que o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos (povo), direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos. E uma das diretrizes para este tipo de governo é a criação de políticas públicas.

Logo, tem-se que política pública é o mecanismo utilizado pelo governo de um país para estabelecer as ações que serão utilizadas para determinado fim social. Tendo os seus ajustes ou alterações em conformidade com a contextualização da sociedade e as demandas dela emanadas.

De acordo com GUARESCHI, COMUNELLO, NARDINI e HOENISCH, 2004, p. 180) entende-se por política pública:

O conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

Desta maneira, as políticas públicas são divididas em três momentos, sendo eles: planejamento, orçamento e execução.

a) O “Planejamento sob a perspectiva democrática é, pois, o exercício árduo de combinar demanda social, determinação política e conhecimento técnico da realidade, o que poderá levar a decisões capazes de reverter situações insustentáveis de privação e desigualdade”(SIMOES PIRES, p. 173).

b) Quanto ao orçamento, é necessário lembrar que segundo a CF/88, as leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Sendo que, a constituição estabelece ainda que a lei que instituir o plano plurianual deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as

relativas aos programas de duração continuada. Já, a lei de diretrizes orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da lei orçamentária anual, ao mesmo tempo que dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Por último, os orçamentos anuais compreendem os orçamentos fiscais, de investimento e de seguridade social, por exemplo. Portanto, o orçamento consiste em estimar a receita e fixar a despesa, projetando-as ao longo de um período, para buscar a sustentação monetária para o planejamento realizado de acordo com as leis governamentais como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Leis de Orçamento Anual (LOA).

c) Porém, a execução é a materialização dos objetivos e metas definidos anteriormente. Devendo originar elementos de avaliação e redefinição das políticas públicas em curso.

Os atores nas políticas públicas são políticos, burocratas, tecnocratas, sendo estes caracterizados como os atores políticos. Já os atores privados são os empresários e não podemos nos esquecer da terceira parte, esta, a sociedade.

A finalidade específica da política pública é a imposição de uma estrutura econômica à sociedade. Através da política institucional do Estado, os interesses de uma classe são apresentados como objetivos gerais da sociedade.

Os objetivos da política deixam o espaço confinado da disputa institucional para adquirirem embasamento social. Não é o confronto com o Estado que está em primeiro plano, mas a capacidade de representação das demandas sociais.

Na elaboração das políticas públicas é necessário se levar em consideração a parte interessada, ou seja, a população. Por mais que o governo saiba quais serão as melhores obras, ninguém do que a própria sociedade sabe quais são os melhores caminhos. É necessário, a participação em todas as etapas do processo.

2.2 – Teoria da Dependência

Para a elaboração das políticas públicas, se faz necessário entender de que forma a Teoria da Dependência explica a influência dos países desenvolvidos na economia dos emergentes ou subdesenvolvidos.

A Teoria da Dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento sócio-econômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940. Ela propunha uma tentativa de entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenças em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

A Teoria da Dependência também é uma das conseqüências da globalização dos mercados, que foi a criação da interdependência dos países, implicando a dependência mútua entre as economias em desenvolvimento (periféricas) e desenvolvidas (centrais).

Existia a Teoria do Desenvolvimento, esta estruturada a partir da superação do domínio colonial, do surgimento de novas nações e do advento de burguesias locais desejosas de expandir sua participação na economia mundial, principalmente vinculadas a idéia de que o desenvolvimento correspondia ao desdobramento do aparelho produtivo em função da classificação desse em termos dos setores primário, secundário e terciário.

Segundo PEDRO HENRIQUE E EDISON (2007),

A idéia central na Teoria do Desenvolvimento é o entendimento do desenvolvimento enquanto um continuum evolutivo. Os países avançados se encontrariam nos extremos superiores desse continuum, que se caracterizava pelo pleno desenvolvimento do aparelho produtivo, de forma que o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu seria um fenômeno de ordem geral,

pelo qual todos os países que se esforçassem para reunir as condições adequadas para tal deveriam passar. Enquanto isso, as nações atrasadas se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de sua incipiente industrialização.

O mundo era dividido em Norte e Sul. O lado sul pode ser dividido em três grupos: a) os países que ficaram cada vez mais excluídos, denominado de quarto mundo; b) a globalização “seleccionava” os países que tinha condições de integrarem o sistema mundial, como os asiáticos e c) países continentais, que estão se industrializando, como Brasil e China.

Dentro dessa perspectiva, no final da década de 1940 foi criada, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe. A CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos. Seu principal objetivo era a fundamentação de uma análise econômica e de uma base institucional que criasse condições para que o desenvolvimento da região se firmasse de forma autônoma.

De acordo com SANTOS, 2000,

É da necessidade de se buscar novos rumos teóricos que nasce a Teoria da Dependência enquanto um corpo teórico que, ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, busca compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas.

A Teoria da Dependência não enxerga subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. Dessa forma, o subdesenvolvimento passava a ser visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo.

A dependência não deixou de existir, muito menos se reconfigurou diante da globalização. Apenas mudou a forma como se estabelece. Continua sendo fundamentada na incapacidade tecnológica e financeira dos países periféricos. Entretanto, hoje esta dependência se torna muito mais forte em virtude do aumento da importância da competitividade e produtividade no contexto mundial.

2.3 - Investimento Estrangeiro Direto (IED)

Devido à política econômica mundial ser o capitalismo, isto acarreta uma maior integração das economias, ou seja, há uma expansão no comércio e nos investimentos. E para isso, as políticas de um país devem estar atentas aos ganhos dessa fase.

A globalização revolucionou as relações mundiais, seja no aspecto econômico, social, financeiro ou cultural. Com esta interconexão entre os povos, isto, podendo ser realizado por um grande avanço na área tecnológica, um dos fatores impulsionadores da globalização da economia é o extraordinário crescimento do fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED), que equivalem aos investimentos realizados no exterior pelas empresas transnacionais ou multinacionais¹.

Os principais fatores para o aumento dos fluxos de investimento para países em desenvolvimento são: o sucesso de políticas de estabilização econômica, intensificação de políticas de atração de capitais, ênfase nas políticas de privatização e melhores expectativas de crescimento, além da busca de novos mercados.

¹ As empresas transnacionais ou multinacionais são a personificação de investimentos diretos estrangeiros por uma única empresa que abrange diversas economias e diversifica suas atividades por diferentes países, visando a realização de seus objetivos societários em geral.

O IED tem sido considerado como um importante canal para a transferência de tecnologia. Os países que recebem este tipo de investimento ganham não só conhecimento na área específica, bem como aprendizado em outros ramos. Estas empresas quando se instalam nos países de terceiro mundo, trazem com ela toda a tecnologia, técnicas, novos equipamentos, bem como, seus profissionais, possibilitando a troca de conhecimentos, o chamado “Know-How”.

As economias desenvolvidas como as que estão em desenvolvimento com a inserção deste tipo de investimento tornam seus países mais internacionalizados, ou seja, a abertura de seus negócios possibilita uma maior diversificação em sua pauta de exportações e importações.

Alguns fatores primordiais para atração destes investimentos são: recursos naturais, tamanho do mercado doméstico, ambiente econômico e regulatório estável, liberdade para operar (legislação), legislação trabalhista, como o governo atua nas facilidades para estas empresas.

De acordo com GREGORY e OLIVEIRA (2002, p. 25) e segundo a consultoria A. T Kearney²:

Os principais fatores determinantes na atração de investimentos estrangeiros direto são: o tamanho do mercado, estabilidade política, tamanho do PIB e a taxa de crescimento, ambiente regulatório, condições para repatriação de lucros, estabilidade macroeconômica, qualidade da infraestrutura, presença de concorrentes, custo e qualidade da mão-de-obra.

² A.T. Kearney é uma equipe global de especialistas inovadores, perspicazes e de colaboração que prestam criativa, significativa e, acima de tudo, resultados sustentáveis quanto aos investimentos realizados em um país.

Mas existem também os fatores negativos, não só os econômicos, mas como: a desordem civil, violência ou guerra nos países propícios a receber estes investimentos, fazendo com que os investidores desistam.

Os benefícios do investimento estrangeiro são proporcionados pelas privatizações, essas que contribuem para aperfeiçoar práticas de governança corporativa, para a introdução de novas tecnologias e para elevar os níveis de eficiência. As empresas dividem seus conhecimentos, seu “know-how” com a comunidade local.

Desde 1990, a entrada de novos investidores internacionais no Brasil foi amplamente favorecida pelo programa de privatizações, principalmente nas atividades de serviços públicos e infraestrutura. Haja vista que é importante lembrar que na revisão constitucional de 88, o dispositivo que limitava a remessa de lucros para o exterior foi revogado.

A economia brasileira se estabilizou a partir dos anos 94/95. O controle da inflação, que tanto assustava os investidores estrangeiros, veio consolidar o ambiente interno receptivo a novos investimentos, complementando as medidas liberalizantes, a negociação da dívida externa e o programa de privatizações. Já as privatizações, possibilitaram o crescimento do País em alguns setores, como a telefonia. Uma das principais vantagens das privatizações é a troca de conhecimento entre os países.

Até maio de 2004, a distribuição dos investimentos estrangeiros pelos setores da economia brasileira ocorreram nas atividades de telecomunicações, comércio, fabricação de máquinas e equipamentos de transporte, equipamentos elétricos, de celulose e papel. Permanece, portanto, a tendência de maior força dos investimentos na área de serviços, de modo geral.

Os investidores esperam contar com políticas governamentais ativas, com vistas a eliminar ou reduzir a corrupção e as práticas ilícitas, garantir a realização de concorrências por meio de processos abertos e transparentes, limitar os monopólios e restrições comerciais.

Os principais problemas para a entrada destes investimentos são: a burocracia, adoção de regras simples, claras e estáveis.

Após a escolha do Brasil como sede para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, especialistas fizeram uma crítica ao Brasil, pois ele não deve contar apenas

com as características naturais, como o tamanho de seu mercado para a recepção do investimento estrangeiro, mas adotar medidas especialmente voltadas para a atração do IED. Deve adotar políticas macro e microeconômicas para atuarem em conjunto trazendo mais investimentos. Precisa-se continuar controlando a inflação em níveis compatíveis com os atualmente observados, além do controle da sua dívida externa como sinalização para os investidores estrangeiros de que seus compromissos serão saldados.

As facilidades para estes investimentos são as parcerias público-privadas, estas que contam com os projetos sociais do governo e a dinâmica da área privada.

Um dos agravantes para atrair IED para o Brasil, é a facilidade com que a constituição é alterada, não só pelo número de constituições ao longo da história recente da República Brasileira, mas por instrumento como a medida provisória.

2.3 – Turismo de Prática Desportiva

Devido ao intenso investimento estrangeiro em um país, o turismo é uma das áreas que recebem importância e necessita de boas políticas governamentais para o seu desenvolvimento.

De acordo com as Recomendações da Organização Mundial de Turismo/Nações Unidas³, o turismo pode ser definido como "as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros". E o turista, é um visitante que desloca-se voluntariamente por período de tempo igual ou superior a vinte e quatro horas para local diferente da sua residência e do seu trabalho sem, este ter por motivação, a obtenção de lucro.

³ Aprovado pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, essas recomendações ajudam os governos e as empresas envolvidas no turismo na elaboração de políticas e programas adequados. As recomendações ajudam a estabelecer normas claras para medir o turismo. Inclui a Classificação Internacional Tipo de Atividades Turísticas (SICTA). Uma publicação conjunta com as Nações Unidas.

Analisar o homem e seus movimentos seja pelo lado de deslocamento como pela realização de atividades físicas em qualquer circunstância, pode ser um instigante e expressivo exercício na busca pela compreensão de um fenômeno social chamado esporte. Este de proporção cada vez mais evolutiva no mundo contemporâneo, com presença e significado sempre maior e mais próximo da vida das pessoas, ou seja, o esporte manifestado como educação, lazer, rendimento ou espetáculo nos torna agentes de um processo que leva cada vez mais à evolução do ser humano.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) ⁴, agência especializada das Organizações das Nações Unidas (ONU) dedicada ao turismo com sede em Madrid, define turismo como:

O conjunto das atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros.

As decisões em fazer turismo se apresentam, às vezes, em conjunto com algumas atividades de lazer das pessoas, de forma que, quando a viagem possibilita o envolvimento, prática ou informação acerca de alguma atividade esportiva, o turista mesmo que não seja um entusiasta, demonstra certa curiosidade ou interesse. Portanto, podemos confirmar que o mercado turístico está em evolução rápida e permanente, fato que pode ser evidenciado pelo desenvolvimento de segmentos específicos da atividade, entre os quais destacamos o turismo esportivo.

⁴ A Organização Mundial de Turismo (OMT) é uma agência especializada das Nações Unidas e a principal organização internacional no campo do turismo. Funciona como um fórum global para questões de políticas turísticas e como fonte de conhecimento prático sobre o turismo. Sua sede é em Madri, Espanha.

Devemos realçar que o desporto se assume em escala global como um excelente espetáculo capaz de mobilizar multidões e de fidelizar uma imensa quantidade de espectadores, por um lado através da presença ao vivo, mas especialmente através do acompanhamento à distância e muitas vezes em simultâneo. E com base nestes pressupostos, consideramos como desportistas não só o praticante desportivo, mas também o espectador desportivo, sendo estes os dois grupos, que são os principais clientes atuais do mercado desporto.

Assumindo esta óbvia sobreposição entre turismo e desporto torna-se necessário, para que se considere um indivíduo como turista desportivo, considerar que esse indivíduo tem que ser turista e simultaneamente participar de uma atividade desportiva ou desenvolvida em contexto desportivo.

Mesmo de forma individualizada, o turismo e o desporto foram-se desenvolvendo ao longo dos tempos de forma sistêmica, com sinergias e áreas de sobreposição. Este aspecto torna-se especialmente evidente nas últimas décadas do século XX, dando origem ao que se passou a designar de Turismo Desportivo.

Embora se possa considerar que as relações entre turismo e desporto tenham iniciado mais cedo, o turismo desportivo tal como o conhecemos hoje tem a sua origem em meados do século XX, estando em grande medida associado ao “surgimento dos desportos de Inverno nos Alpes”. No entanto, a expressão “turismo desportivo” surge apenas na década de 70, na França.

Para além da prática desportiva, assume também especial relevância o espetáculo desportivo. Por isso, o Turismo Desportivo apresenta duas tipologias especialmente relevantes, uma associada ao espetáculo desportivo (TED) e uma segunda associada à prática desportiva (TPD), ou seja, em uma o turista pratica a ação e na outra ele é espectador. Diversos autores consideram a prática desportiva como participação ativa e a assistência a um espetáculo desportivo como participação passiva.

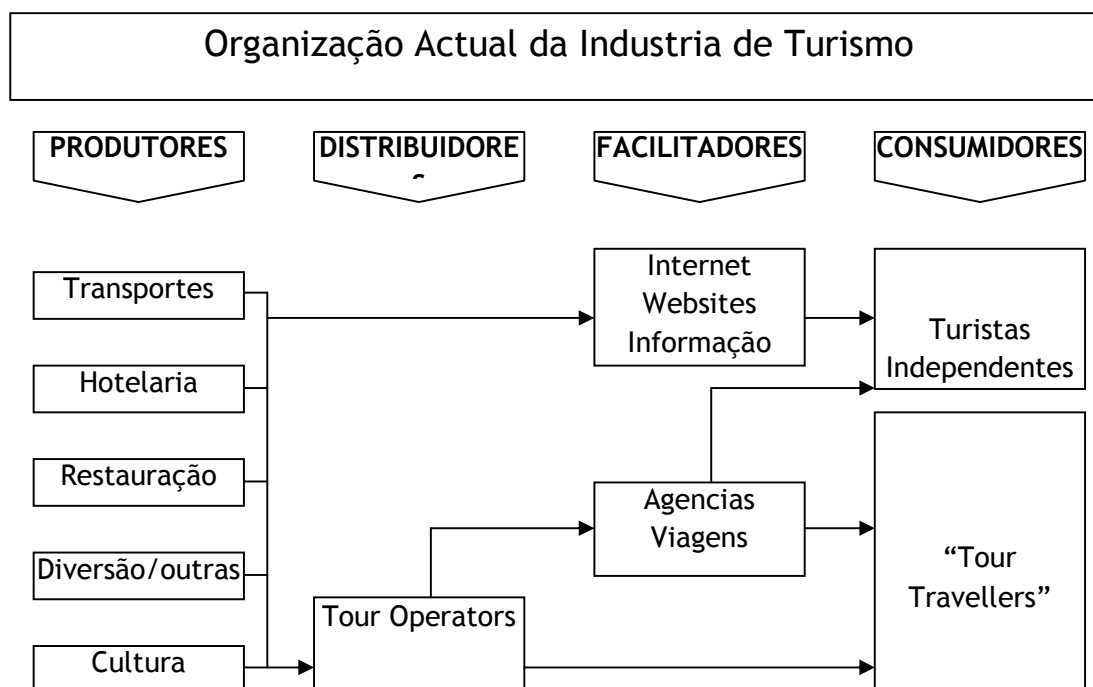
O **Turismo de Prática Desportiva** é o conjunto de atividades desportivas em que participam turistas enquanto praticantes. Considerando-se a pessoa com este tipo de participação no desporto como o **turista praticante desportivo** que, por sua vez, se poderá definir como

aquele turista que durante a sua viagem pratica alguma atividade desportiva, independentemente da motivação principal da viagem.

O **Turismo de Espetáculo Desportivo** é o conjunto de atividades desportivas que os turistas usufruem enquanto espectadores. Considerando-se a pessoa com este tipo de participação no turismo desportivo como o **turista espectador desportivo**. Este poderá assim, definir-se como o turista que, durante a sua viagem assiste a um espetáculo ou evento desportivo, independentemente da motivação principal da viagem.

As relações entre o turismo e o desporto podem ser entendidas como a “participação em eventos ou exibições focadas no desporto” ou “Turismo desportivo de eventos”, em que “uma proximidade sensorial e emocional com a situação real é essencial”, PIGEASSOU C. (2004). Assim o espetáculo desportivo tem-se desenvolvido de forma exponencial ao longo das últimas décadas, em parte devido ao desenvolvimento de competições a nível global, consequência do desenvolvimento dos meios de transporte de comunicação de larga escala, ocorrido a partir de meados do século passado.

Quadro I



Fonte: Rui Lourenço - UBI, Termas de Monfortinho

De acordo com o Quadro 1, a indústria do turismo é dividida em produtores, sendo estes: a área de serviços, hotelaria, restaurantes, infraestrutura nos transportes (principalmente), nos estádios, na locadora de veículos e outros. Os produtores são os fornecedores de serviços, pode-se dizer assim. Já nos distribuidores, temos os operadores de turismo que investem nas belezas naturais da cidade, estes que sabem usufruir dos diversos pontos turísticos; nos facilitadores, a mídia sendo de maior importância e as agências de viagens, e são eles os principais responsáveis pela divulgação do País; e por fim, o turista esportista é o turista que participa de um espetáculo esportivo.

Nas discussões quanto à preservação do meio-ambiente, temos as Olimpíadas de Sydney no ano 2000 como referencial, onde várias ações de objetivo preservacionista e sustentável foram definitivas na escolha da cidade como sede. O uso da energia renovável na Vila Olímpica, a utilização de materiais alugados e a comunicação que traçou uma estratégia

eficiente para educar os espectadores dos jogos à destinação correta dos seus lixos. Para tudo isso, foi fundamental o apoio de funcionários e voluntários treinados e comprometidos com o objetivo de preservar o meio ambiente.

A sustentabilidade no setor é de suma importância, a fiscalização e a estimulação da manutenção dos espaços utilizados no que tange as questões ambientais, bem como orientar profissionais vinculados ao esporte e lazer sobre a grande importância de promoções e eventos que valorizem as características ambientais de cada região, estas que pesam na escolha de um país ou cidade sede de um evento desportivo, por exemplo.

“O desafio é, portanto, encontrar meios de tornar o turismo esportivo sustentável em si mesmo e capaz de contribuir para o desenvolvimento do turismo sustentável em geral”, (SWARBROOKE, 2000).

3 – Transformações no Cenário Externo

3.1 – Neoliberalismo

Com o fim da União Soviética em 1991, a tentativa dos países de se restabelecerem utilizando a política de governo centralizado foi um insucesso, originando assim uma nova forma de governo baseada nos princípios do “neoliberalismo”.

Ao final do século XIX, o liberalismo começou a declinar lentamente. Com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929, e a subsequente Grande Depressão, a queda foi vertiginosa. Surgindo o Keynesianismo, com a intervenção do Estado na economia. Em 1944, os países ricos criaram os acordos de Bretton Woods e estabeleceram regras intervencionistas para a economia mundial. Sendo assim, surgiu o Fundo Monetário Internacional (FMI), este que foi criado para ajudar os países a não terem mais problemas orçamentários, ou seja, para fornecer empréstimos quando necessário. Com a adoção das metas dos acordos de Bretton Woods e a adoção de políticas keynesianas, os 30 anos seguintes foram de rápido crescimento nos países europeus e no Japão, que viveram sua Era de Ouro.

A Europa renascia, devido ao financiamento conseguido por meio do Plano Marshall, este que foi criado para financiar a reconstrução da Europa no final da Segunda Guerra Mundial, e o Japão teve o período de maior progresso de sua história. O período de pós-guerra, até o início da década de 1960 foram os "anos dourados" das economias capitalistas.

Neoliberalismo é uma prática político-econômica baseada nas idéias dos pensadores monetaristas (representados principalmente por Milton Friedman, dos EUA, e Friedrich August Von Hayek, da Grã Bretanha). Após a crise do petróleo de 1973, eles começaram a defender a idéia de que os governos já não podiam mais manter os pesados investimentos que haviam realizado após a II Guerra Mundial, pois agora tinham déficits públicos, balanças comerciais negativas e inflação. Defendendo, portanto, uma redução da ação do Estado na economia.

Essas teorias ganharam força nas eleições de 1979 no Reino Unido (ungindo Margareth Thatcher como primeira ministra) e 1988, nos Estados Unidos (eleição de Ronald Reagan para a presidência daquele país). Quanto aos países não-desenvolvidos da América

Latina, foi introduzido no Chile e na Bolívia, em meados da década de 1990. Vários países os seguiram, como a Argentina e o Brasil, impulsionados pelo chamado Consenso de Washington 5. Desde então, o Estado passou apenas a preservar a ordem política e econômica, deixando as empresas privadas livres para investirem como quisessem. Além disso, os Estados passaram a desregular e a privatizar inúmeras atividades econômicas antes controladas por eles.

Pode-se listar abaixo, os princípios básicos do Neoliberalismo, quais sejam:

- mínima participação estatal nos rumos da economia de um país;
- pouca intervenção do governo no mercado de trabalho;
- política de privatização de empresas estatais;
- livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização;
- abertura da economia para a entrada de transnacionais;
- adoção de medidas contra o protecionismo econômico;
- desburocratização do estado: leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas;

5 Consenso de Washington é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "*receitado*" para promover o "*ajustamento macroeconômico*" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

- diminuição do tamanho do estado, tornando-o mais eficiente;
- posição contrária aos impostos e tributos excessivos;
- aumento da produção, como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico;
- contra o controle de preços dos produtos e serviços por parte do estado, ou seja, a lei da oferta e demanda é suficiente para regular os preços;
- a base da economia deve ser formada por empresas privadas;
- defesa dos princípios econômicos do capitalismo.

No Brasil, as políticas neoliberais tiveram início nos anos 90, ainda com o presidente Collor de Melo, governante que iniciou as reformas de Estado. Começou a desregulamentação econômica, a abertura do mercado e a planificação da economia (na tentativa de diminuir a inflação).

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e seu Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) partiam do princípio de que o Estado deve se "modernizar". E esta "modernização" do Estado significa um Estado mais ágil, menos "burocratizado". A partir de então, o processo de "modernização" do Estado se intensifica com a desregulamentação econômica, abertura de mercado e privatizações das empresas estatais brasileiras.

As reformas dos Estados Nacionais da América Latina, em consequência das políticas do Consenso de Washington, implicaram a adoção de programas de ajustes estruturais, como as reformas administrativa e previdenciária, privatizações, redefinição do papel do Estado na economia, mas estas reformas, ao contrário do que os defensores dessas políticas alertavam, geraram recessão econômica, ingresso do capital externo, desemprego, aumento do trabalho informal, conflitos sociais, crise de modelos políticos tradicionais, flexibilização dos direitos trabalhistas, precariedade e alguns problemas nos sistemas de seguridade social, de saúde e de educação.

Por ser uma política de mercado, o liberalismo aumenta os fluxos de capitais, mercadorias e informações, mas reduz a capacidade de intervenção e controle do Estado sobre esses fluxos. E dessa maneira, passa a existir uma preocupação, quanto a perda de poder do Estado nacional e a vulnerabilidade ao capital especulativo e às multinacionais. Foram nas políticas públicas e sociais em que foi mais evidente o retrocesso, principalmente nas questões do emprego, saúde, moradia e educação. O empobrecimento deu-se entre os países ex-socialistas (Rússia, principalmente) e países de economia emergente (países latino-americanos).

Pode-se afirmar, que as reformas neoliberais implementadas pelos dois mandatos de FHC não trouxeram os avanços econômicos e sociais desejados pelo governo, frustrando assim, boa parcela da população brasileira.

Com tantos problemas advindos das políticas neoliberais implantadas na América Latina, especificadamente no Brasil, Bresser Pereira lamenta de que sua reforma administrativa não tenha dado resultados. Diz ele: "cumprimos uma parte desse programa, mas, em vez de reconstruir financeiramente o Estado, endividamo-lo ainda mais". Em relação ao processo de privatização, Bresser também reclama: "em vez de privatizarmos apenas setores competitivos, privatizamos também monopólios naturais".

Para BRESSER-PEREIRA (2002, FOLHA DE SÃO PAULO), no Brasil, houve a "flexibilização" do mercado e a multiplicação da dívida:

Em vez de controlar a entrada de capitais e reduzir a dívida externa, ampliamos-la; ao invés de mantermos um câmbio relativamente desvalorizado, como fizeram todos os países que iniciavam seu desenvolvimento, deixamos que a entrada de capitais valorizasse nossa moeda e aumentasse artificialmente salários e consumo.

As normas das instituições internacionais foram seguidas nos anos 90, com o apoio do FMI, do Banco Mundial e dos mercados financeiros internacionais.

Segundo DEJALMA CREMONESE (2002), a dívida total da América Latina atingiu cifras astronômicas. Nos anos 70, a dívida era de US\$ 60 bilhões. Na década de 80,

passou para US\$ 204 bilhões; nos anos 90, atingiu US\$ 443 e em 99, a conta chega a assustar, chegou a US\$ 706 bilhões.

Outra consequência das políticas neoliberais é o avanço das multinacionais, nos países periféricos, ou seja, uma abertura completa destes ao mercado internacional, possibilitando o aparecimento das empresas multinacionais, invasoras de seus espaços geográficos, subsidiadas com empréstimos ou isenções de impostos a determinados períodos (que vão de 15 a 20 anos), sem contar ainda com o apoio financeiro que exigem receber sob pena de se retirarem do país e instalar-se em outro lugar.

Para DEJALMA CREMONESE (2002),

A dívida pública do Brasil (ou dívida interna) teve, igualmente, um acréscimo considerável: Em janeiro de 1995, no início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, a dívida líquida do setor público (União, estados, municípios e estatais) representava 30% do PIB (Produto Interno Bruto). Pressionado pela alta do dólar, o endividamento chega a R\$ 819,4 bilhões, 61,9% do PIB, o maior nível desde 91. É o 3º recorde seguido. Entre janeiro e julho, a dívida líquida do setor público cresceu R\$ 158,5 bilhões, sendo que R\$ 135,2 bilhões foram causados pela alta de 48% registrada pelo dólar nesse período.

No governo FHC, o Brasil privatizou mais de 70% das empresas administradas pelo Estado. Um exemplo é a Vale do Rio Doce. As ex-estatais ajudam a aumentar a importação e contribuem para o déficit comercial. Também existem as empresas privadas controladas por estrangeiros, do que resultam mais lucros e mais importações. A grande oferta dos importados e os altos juros levaram várias empresas ao fechamento, à redução da jornada de trabalho ou a reduções salariais, para não fecharem as suas portas. Isto desencadeou forte desemprego, e uma grande inadimplência, pois o consumo era realizado a crédito.

O país recebeu investimentos do capital estrangeiro em aquisições patrimoniais, e não onde fundamentalmente necessitava de que ocorressem investimentos (no setor industrial e, principalmente, na agricultura) para se ter crescimento econômico.

De acordo com DEJALMA CREMONESE (2002), com a dívida pública nas alturas um dos argumentos pró-privatizações era a urgente e necessária venda das empresas estatais para sanar o problema. Pois, as privatizações desde 1995 já alcançaram R\$ 70 bi. A concentração de renda também aumentou no Brasil, apesar de ter melhorado duas posições no ranking, de 173 países com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passando da 75ª para a 73ª colocação de 1999 para 2000.

3.4 – Consenso de Washington

Uma das conseqüências do Neoliberalismo foi o Consenso de Washington, que ajudava os países a desenvolver suas economias, diante dos problemas de inflação e endividamento.

O Consenso de Washington, nome dado pelo economista John Williamson, em 1989, foi uma lista de dez recomendações formulada por economistas de instituições situadas em Washington (EUA) como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos dirigidas aos países dispostos a reformar suas economias com a ajuda do próprio FMI e do Banco Mundial, estes que condicionaram o acesso a seus empréstimos à adoção de reformas políticas inspiradas no Consenso.

Segundo o CID-Harvard University (USA) 6, quando cunhou a expressão, Williamson assinalou que o Consenso de Washington deveria representar:

6 O Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID) da Universidade de Harvard trabalha para gerar prosperidade compartilhada e sustentável nas economias em desenvolvimento. O CID ativamente cria, aplica e integra o conhecimento de toda a Universidade de Harvard, e para além de fazer avançar a compreensão dos desafios de desenvolvimento e soluções. Nossa missão é melhorar as práticas de desenvolvimento e resolver os dilemas das políticas públicas associadas à erradicação da pobreza global.

o mínimo denominador comum de recomendações de políticas econômicas que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, tais como eram suas economias em 1989.

Ou seja, a "receita" para a retomada do crescimento depois das crises dos anos 1970 e 1980.

O resultado do Consenso de Washington foi o estabelecimento de dez metas para o desenvolvimento dos países, são elas:

- a) **Disciplina fiscal** - Altos e contínuos déficits fiscais contribuem para a inflação e fugas de capital.
- b) **Reforma tributária** - A base de arrecadação tributária deve ser ampla e as **MARGINAL TAX RATES** moderadas.
- c) **Taxas de juros** - Os mercados financeiros domésticos devem determinar as taxas de juros de um país. Taxas de juros reais e positivas desfavorecem fugas de capitais e aumentam a poupança local.
- d) **Taxas de câmbio** - Países em desenvolvimento devem adotar uma taxa de câmbio competitiva que favoreça as exportações tornando-as mais baratas no exterior.
- e) **Abertura comercial** - As tarifas devem ser minimizadas e não devem incidir sobre bens intermediários utilizados como insumos para as exportações.
- f) **Investimento direto estrangeiro** - Investimentos estrangeiros podem introduzir o capital e as tecnologias que faltam no país, devendo, portanto ser incentivados.
- g) **Privatização** - As indústrias privadas operam com mais eficiência porque os executivos possuem um “interesse pessoal direto nos ganhos de uma empresa ou respondem aqueles que tem.” As estatais devem ser privatizadas.

h) **Desregulação** - A regulação excessiva pode promover a corrupção e a discriminação contra empresas menores com pouco acesso aos maiores escalões da burocracia. Os governos precisam desregular a economia.

i) **Direito de propriedade** - Os direitos de propriedade devem ser aplicados. Sistemas judiciários pobres e leis fracas reduzem os incentivos para poupar e acumular riqueza.

A implantação sem questionamentos do receituário "infalível" do FMI para o desenvolvimento econômico do mundo subdesenvolvido trouxe conseqüências negativas, em alguns casos, como: a crise asiática de 1997, a crise da Rússia em 1998 e a "quebra" da Argentina em 2002.

As crises com diversas características específicas, possuem pelo menos uma razão em comum: o Consenso de Washington acreditava que a liberalização dos mercados determinaria um fluxo de capital dos países mais ricos para os mais pobres, no entanto foi exatamente o contrário que aconteceu. Em vez de ocorrerem melhorias na distribuição de renda pelo mundo, a situação piorou, de acordo com dados estatísticos da ONU publicados no livro "*Flat World, Big Gaps*" (Um mundo plano, grandes disparidades - tradução livre).

Vários princípios do Consenso de Washington, que sustentam a ideologia neoliberal, podem se considerados "globalizantes" por estimularem a integração econômica internacional, principalmente através da abertura de mercados, das privatizações e do estímulo aos investimentos externos diretos. Entende-se, portanto, que o processo de globalização da economia mundial, de certa maneira, contribuiu para agravar as desigualdades sociais e econômicas entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido.

Com o aprofundamento das desigualdades entre ricos e pobres, possibilitado, em partes, pelo Consenso de Washington. O que parece ser Consenso de Washington não é mais um consenso. Talvez, como na hipótese de Dani Rodrik, professor de política econômica da Universidade de Harvard, o Consenso de Washington tenha se tornado a *Confusão de Washington, piorando a situação dos países subdesenvolvidos*.

3.2 – Globalização

Na década de 1960 e 1970, as economias periféricas se industrializavam às custas dos capitais externos que buscavam o proveito das altas taxas de lucros proporcionadas pelas economias ainda fechadas ao intercâmbio mundial.

O Brasil, especificamente na década de 1990, começou o rearranjo interno para atender ao livre fluxo de mercadorias e capital. Esta evolução é chamada de globalização, que expande teoricamente, os mercados aos investimentos globais e as relações entre o centro e a periferia não permanecem mais as mesmas.

A globalização pode ser entendida em três fases:

Períodos da Globalização

Quadro 2

Data	Período	Caracterização
1450-1850	Primeira fase	Expansionismo mercantilista
1850-1950	Segunda fase	Industrial-imperialista-colonialista
pós-1989	Globalização recente	Cibernética-tecnológica-associativa

Fonte – Atualidade – Historia por Voltarie Schilling

Ao observarmos o quadro 2, é possível desenvolver as seguintes considerações:

- a) A primeira fase da globalização aconteceu sob a égide das monarquias absolutistas que concentravam enorme poder e mobilizavam os recursos econômicos, militares e burocráticos, para manterem e expandirem seus impérios coloniais, dentro dos preceitos mercantilistas. Os principais desafios que enfrentam advinham das rivalidades entre elas, seja pelas disputas dinásticas-territoriais ou pela posse de novas colônias no além mar, considerando os enormes estragos que os corsários e piratas faziam, especialmente nos séculos 16 e 17, contra os navios carregados de ouro e prata e produtos coloniais.

b) Na segunda fase, os campos de maior destaque foram os da técnica e da política. A partir do século 18, a Inglaterra, seguida da França, Bélgica, Alemanha e Itália, se industrializaram. A máquina a vapor é introduzida nos transportes terrestres (estradas-de-ferro) e marítimos (barcos à vapor). Será a grande burguesia industrial e bancária, e não mais os administradores das corporações mercantis e os funcionários reais que lideraram o processo. Com o surgimento das tendências ao monopólio e oligopólio, fez com que o economista austríaco Rudolf Hilferding a denominasse de “O Capital Financeiro” (Das Finanz kapital, título da sua obra publicado em 1910), considerando-a um fenômeno novo da economia-política moderna.

c) O marco da terceira fase é a Guerra Fria, esta que decide os caminhos do mundo até os dias de hoje. Chegamos a situação onde sobreviveu uma só superpotência mundial, os Estados Unidos. É a única que tem condições operacionais de realizar intervenções militares em qualquer canto do planeta (Kuwait em 1991, Haiti em 1994, Somália em 1996, Bósnia em 1997, etc). Enquanto na segunda fase da globalização vivia-se na esfera da libra esterlina, agora é a era do dólar, enquanto que o idioma inglês tornou-se a língua universal por excelência. Pode-se até afirmar que a globalização recente nada mais é do que a americanização do mundo.

A globalização é uma força estrutural fundamental de nossa época, alimentada permanentemente pela inovação tecnológica e pelo incremento da produtividade sistêmica da economia (FRIEDMAN, 2005).

Esta interligação contemporânea pode ser definida como um aumento dramático da extensão e da intensidade da interdependência entre as sociedades nacionais, de acordo com Held et al (1999). Essa interdependência é multidimensional, possuindo cinco dimensões (militar, econômica, política, social-cultural e ecológica). A globalização comercial, por exemplo, desenvolveu-se desde o fim da Segunda Guerra Mundial dentro do mundo ocidental com a liderança dos EUA no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e suas várias rodadas liberalizadoras (Kennedy, Tóquio, Uruguai).

Vale ressaltar, que este movimento não é uma criação exclusiva do estado norte-americano e que tampouco atende exclusivamente aos interesses deste, mas também é um projeto das empresas, em especial das grandes empresas transnacionais, e governos do mundo inteiro. Nesta ponta surge a inter-relação entre a Globalização e o Consenso de Washington.

Os grandes beneficiários da globalização são os grandes países emergentes, especialmente os Brasil, Rússia, Índia, China e África do SUL (BRICS), com grandes economias de exportação, grande mercado interno e cada vez maior presença mundial. Antes deste grupo, outros países fizeram uso da globalização e economias voltadas a exportação para obter rápido crescimento e chegar ao primeiro mundo, como os tigres asiáticos na década de 1980 e Japão na década de 1970.

Com o forte crescimento, a globalização irá enfraquecer cada vez mais os estados nacionais surgidos há cinco séculos atrás, ou dar-lhes novas formas e funções, fazendo com que novas instituições supranacionais gradativamente os substituam. Com a formação dos mercados regionais ou intercontinentais (North American Free Trade Agreement - Nafta, Unidade Européia, Comunidade Econômica Independente [a ex-URSS], o Mercado Comum do Sul - Mercosul e o Japão com os tigres asiáticos), e com a interdependência entre eles, inspiram as bases para os futuros governos transnacionais que, provavelmente, servirão como unidades federativas de uma administração mundial a ser constituída. É provável que com o passar dos anos, a humanidade conheça um governo universal, atingindo-se assim o sonho dos filósofos estóicos do homem cosmopolita, aquele que se sentirá em casa em qualquer parte da Terra.

A expressão "globalização" tem sido utilizada mais recentemente num sentido marcadamente ideológico, no qual assiste-se no mundo inteiro a um processo de integração econômica sob a égide do neoliberalismo, caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais e pelo abandono do estado de bem-estar social. Esta é uma das razões dos críticos acusarem a globalização de ser responsável pela intensificação da exclusão social (com o aumento do número de pobres e de desempregados) e de provocar crises econômicas sucessivas, arruinando milhares de poupadores e de pequenos empreendimentos.

3.3 - Transnacionalismo

Uma das conseqüências da globalização é o Transnacionalismo, onde as empresas são interligadas no mercado mundial.

O Transnacionalismo (TNCs) é uma força proveniente dos anos do Pós-Segunda Guerra Mundial, época em que os países necessitavam de força para dinamizar suas economias, pois estes enfrentavam uma crise de consumo com conseqüência negativa da guerra.

O processo que ocasionou o transnacionalismo teve início com as multinacionais, grandes empresas monopolistas que se juntam ao Estado Nação, com o objetivo de se fortalecer e ganhar o mercado mundial, através da internacionalização da produção. Elas têm como características: a administração rígida, burocratizada e defensora dos interesses do Estado de origem.

As primeiras companhias apontadas como TNCs são: a Companhia da Índias Inglesas, a Companhia Holandesa das Índias Orientais e a Companhia Francesa das Índias Ocidentais. Essas companhias possuíam prerrogativas quase estatais na sua atuação, ou seja, podiam promulgar normas jurídicas sobre os territórios que dominavam, mantinham exércitos e portos próprios e toda uma estrutura que hoje só um Estado possui em função de sua soberania. Apesar dessas companhias serem sociedades de direito privado, elas possuíam prerrogativas que lhes permitiam atuar em diferentes territórios com poderes muito amplos interferindo assim, nos assuntos domésticos dos estados.

JOSE CRETILLA NETO (2006), defini as TNCs como:

Sociedade mercantil, cuja matriz é constituída segundo as leis de determinado Estado, na qual a propriedade é distinta da gestão, que exerce controle, acionário ou contratual, sobre uma ou mais organizações, todas atuando de forma convertida, sendo a finalidade de lucro perseguida mediante atividade fabril e/ou comercial em dois ou mais países, adotando estratégia de negócios centralmente elaborada e supervisionada, voltada para a otimização das oportunidades oferecidas pelos respectivos mercados internos.

Para entender a evolução das TNCs é preciso ter em mente quatro pontos fundamentais:

a) O desenvolvimento das técnicas de produção e a criação de produtos mais modernos, capazes de dinamizar a fabricação e produção de bens, permitiram que as TNCs aumentassem a comercialização de suas mercadorias.

- b) A qualificação dos meios de comunicação permitiram o trânsito mais ágil dos produtos das TNCs, bem como divulgação das novas tecnologias desenvolvidas em um determinado lugar para os outros locais do mundo.
- c) A necessidade de expansão significa que o mercado interno dos países passaram a ser insuficientes para a capacidade de produção das sociedades, que não viram outra saída senão expandir suas linhas de comércio para fora do País.
- d) O protecionismo tarifário imposto pelos países para proteger e aumentar sua indústria nacional por meio da imposição de tarifas a produtos importados teve grande influência para que as TNCs começassem a se instalar em outros territórios, a fim de realizar uma produção nacional e não passar pelo processo de importação que encarecia seus produtos.

A principal característica das transnacionais constituem-se em sua existência em mais de um Estado. Isso quer dizer, que ela possui uma matriz em um determinado lugar e mais uma série de filiais, agências, escritórios representativos ou subsidiárias em outros Estados, cujo objetivo não é o mercado daquele Estado exclusivamente, mas o mercado mundial.

De todos os critérios apresentados é indiscutível o caráter internacional da TNCs. Ou seja, é fato que sua atuação deve ocorrer na seara internacional, nas relações comerciais que ultrapassam a planificação de âmbito interno. Elas possuem suas entidades distribuídas ao redor do mundo, estabelecidas em diferentes países, que seguirão regras e estratégias fixas.

Atualmente, as TNCs exercem uma influência imensa no mercado mundial, na política adotada pelos países e no funcionamento do comércio. Com uma estratégia de atuação considerada global, elas não estão apenas inseridas na economia nacional dos países, mas também promovem uma integração do comércio que extrapola as fronteiras e é visualizada de forma mundializada. As transnacionais tem uma estratégia central de controle e, portanto, não atuam apenas na economia interna dos países, mas também integram o comércio internacional. Como resultado, estas podem ser vistas sob uma perspectiva globalizada.

Autores renomados alertam para a influência das TNCs na economia interna de seus países, pois devido a grande flexibilidade de atuação elas acabam influenciando nas

decisões governamentais, ou seja, prosseguem acima da vontade isolada dos Estados, como seria o caso da Organização das Nações Unidas.

4 – Jogos – Exemplo da Copa do Mundo na África em 2010

A Copa do Mundo potencializou várias metas de desenvolvimento e crescimento da África do Sul. As diretrizes para o turismo sustentável, com inclusão social, luta contra a discriminação racial e desenvolvimento das comunidades locais, foram estabelecidas pelo Departamento de Assuntos Ambientais e Turismo da África do Sul em 2002 e estão sendo seguidas mais do que nunca. Em 2003, foi criado o Manual do Turismo Sustentável que foi distribuído em todo o país, transformando-se em referência nos preparativos para a Copa.

Um dos projetos criado foi o “Welcome Campaign” (Campanha de Boas Vindas), da África do Sul, financiado pela Federation Internationale de Football Association (FIFA), foi lançada em 2000 em 30 cidades e sete postos de fronteira. Ela incentiva os estabelecimentos a fazer com que os turistas se sintam bem recebidos e seguros.

O Comitê Organizador da Copa do Mundo da África desenvolveu um programa para a África onde a idéia é promover o desenvolvimento integral de crianças – o que inclui educação, saúde e a prática esportiva – por meio de escolas de futebol.

De acordo com o Suplemento Publicitário da Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (FUNDEP) de 11 de setembro de 2010,

o desenvolvimento das pequenas e médias empresas locais foi uma das grandes oportunidades geradas pela Copa da África. O Programa de Empreendedorismo Turístico, parceria público-privada lançado em 2000 para apoiar e orientar as pequenas e médias empresas no setor do turismo, já beneficiou cerca de 2 mil empresas.

As principais áreas de investimento foram:

a) Na área de transporte, a rede de transportes foi um setores que mais receberam investimentos para a Copa. A implantação do Plano Estratégico de Transportes Públicos, que criou uma rede integrada servindo as cidades-sede, deveria ser estendida a todo o território nos próximos anos. Os aeroportos receberam investimento de 657 milhões.

b) Nas telecomunicações, a Copa acelerou o processo de modernização da infraestrutura de telecomunicações da África do Sul. Governo e iniciativa privada investiram e estão investindo na instalação de fibras óticas, em sistemas sem fio, na comunicação via satélite e na melhoria do acesso a banda larga e telefonia.

c) Na segurança, cerca de 88 milhões de dólares do orçamento anual do governo foram direcionados para ações como a segurança de fronteiras, patrulhamento nas cidades-sedes, aprimoramento da tecnologia de segurança, compra de equipamentos e viaturas e o aumento do efetivo de policiais treinados para 192 mil até os jogos.

d) Na saúde, foi criado um site com informações aos turistas para a Copa, mas continuará em funcionamento após os jogos. Novas ambulâncias foram compradas e mais especialistas da área foram contratados.

Como acontece em todos os países que sediam grandes eventos, um dos setores mais favorecidos foi o turismo, que passou a ter a participação crescente na economia sul-africana a partir da década de 90.

Em entrevista a Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (FUNDEP), Luiz Eduardo Pereira Barreto Filho, Ministro do Turismo do Brasil (2010), o impacto dos Jogos Pan-Americanos para o turismo no Brasil foi:

Foi um passaporte para conseguir os Jogos Olímpicos de 2016. Mostrou que é possível fazer bons jogos, mas também trouxe lições importantes, sobretudo quanto ao papel que a cidade, como um todo, tem no processo. Um dos problemas desse evento é que acabou sobrando quase tudo para o governo federal. Não iremos repetir o modelo do Pan. Aprendemos com os erros para dar um salto qualitativo. O governo brasileiro tem humildade para aprender com os outros, tanto com exemplos positivos – como foi o caso de Sydney – quanto os aspectos negativos, como ocorreu em Atenas.

De acordo com o Suplemento Universitário, de 11 de setembro de 2010, da FUNDEP, os números da África são: a) 2 bilhões de pessoas assistiram a Copa em todo o

mundo; b) 350 mil turistas visitaram a África do Sul; c) 129 mil novos empregos foram gerados; d) US\$ 2,7 bilhões de dólares será a contribuição para o PIB; e) R\$ 7,5 milhões investidos pelo governo local em 7 anos de preparação; f) R\$ 8,8 bilhões foram injetados na economia africana e g) a Fédération Internationale de Football Association (FIFA) investiu US\$ 523 milhões na Copa da África do Sul.

5 – Desafios para os Próximos Jogos

Com o prestígio de sediar os dois principais eventos do esporte mundial, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o Brasil tem a oportunidade única de alavancar a economia, ampliar a infraestrutura de serviços, atrair investimentos e, finalmente, fazer jus a exuberância da sua natureza.

A Copa do Mundo de 2014, que será realizada no Brasil, terá 12 cidades-sedes que precisarão de uma nova estrutura em diversos pontos. São elas: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Investimentos para a Copa do mundo (em milhões de reais)

Quadro 3



Fonte – Brasil Sustentável – Copa do Mundo – ABDI 2014

Ao observarmos o quadro 3, tem-se que os investimentos para a Copa de 2014, em mídia são da ordem de R\$ 6.510,00 milhões e em segurança e energia, R\$ 1.697,58 milhões e R\$ 280,51 milhões respectivamente. Já para infraestrutura, hotéis rodovias, aeroportos, reurbanização, estima-se um total de R\$ 13.870,26 milhões, o que representa 96% do total de investimentos.

O período de preparação para a Copa do Mundo envolve, um serie de projetos de infraestrutura (aeroportos, trens, metros), edificações e obras, formação de capital humano, aquisição de bens de capital em mídia e publicidade, hotelaria e investimentos na área de

segurança. Sendo que, parte desses investimentos será custeada pelo governo, sendo o restante bancado pelo setor privado e pelas instituições associadas à Copa do Mundo. Como pode ser observado, no Quadro 3.

Em termos de infraestrutura, governo e iniciativa privada farão uma série de investimentos em aeroportos, rodovias, ferrovias, metros, sistemas de energia e telecomunicações, acessibilidade e mobilidade urbana.

Na área de investimento para o turismo, o Secretário Nacional de Políticas de Turismo, Carlos Silva, explica que “o planejamento teve início desde que o Brasil foi escolhido pra sediar a Copa e que foi estruturado em quatro grandes eixos – infraestrutura turística, desenvolvimento de recursos humanos, campanhas promocionais e infraestrutura hoteleira”. (Correio Brasiliense, 30 de junho de 2010). O grande gargalo do turismo é a baixa qualificação, os profissionais não tem idiomas específicos. Mas, o Ministério do Turismo (MTUR) investirá R\$ 440 milhões com o programa *Bem receber Copa*, que prevê a qualificação de 306 mil trabalhadores que lidam diretamente com turistas.

Chegada de turistas internacionais (em milhões de reais)

Quadro 4

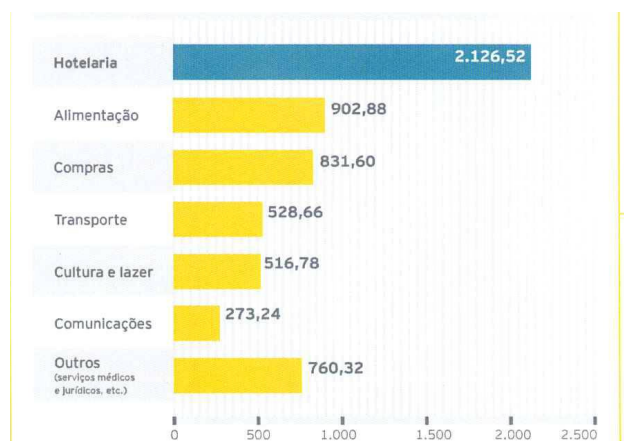


Fonte – Brasil Sustentável – Copa do Mundo – ABDI 2014

O Turismo esta crescendo com os eventos desportivos. Foi verificada uma procura grande por projetos de financiamento, o mais procurado no Salão de Turismo, foi o *BNDES Pró Copa Turismo*. Existe também, a infraestrutura turística, que passa pela reforma de estradas que ligam um destino turístico ao outro. Há também questões de saneamento básico, de aeroportos regionais, de recuperação de patrimônios históricos e da criação de arenas multiuso. É possível comprovar este crescimento analisando o quadro 2, onde o nível de chegada dos turistas no Brasil e bem mais elevado devido aos eventos, perfazendo uma diferença, em estimativa, da ordem de aproximadamente 2 milhões de pessoas.

Despesa com consumo dos visitantes

Quadro 5



Fonte – Brasil Sustentável – Copa do Mundo – ABDI 2014

É possível observar no quadro 5, que a rede hoteleira terá um dos maiores investimentos, cerca de R\$ 2.127 milhões. E para modernizá-la, esta que não só terá um grande crescimento devido aos eventos esportivos, mas também em relação a exposição do País quanto ao aumento do turismo. Foi criada a linha de crédito de U\$S 1 bilhão, com juros atrativos. Metade é paga pelos municípios e o restante é bancado pelo MTUR.

Na infraestrutura aeroportuária, consta que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), já anunciou investimento de R\$ 5,4 bilhões em 14 aeroportos que atenderam as 12 cidades-sedes em 2014.

Os investimentos nos aeroportos, seguem na ilustração abaixo.

Tabela I

Investimentos nos aeroportos (em milhões)

Brasília (DF)	R\$ 736,4
Confins(MG)	R\$ 398,8
Cuiabá(MT)	R\$ 87,5
Curitiba (PR)	R\$ 48,4
Fortaleza(CE)	R\$ 275,7
Manaus (AM)	R\$ 326,4
São Gonçalo do Amarante (RN)	R\$ 95
Porto Alegre (RS)	R\$ 345,8
Recife (PE)	R\$ 19,2
Galeão (RJ)	R\$ 566,5
Salvador (BA)	R\$ 44,4
Guarulhos (SP)	R\$ 952
Viracopos (SP)	R\$ 576
Total (entre 2011 e 2014)	R\$ 4,72 milhões de reais

Fonte – Infraero

As regiões Centro-Oeste e Sudeste representadas por Brasília e pelos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso, vão deter 70% dos investimentos, certamente porque representam o local da capital política - administrativa do País e cidades consideradas as principais entradas do receptivo turístico, cabendo as regiões Norte, Nordeste e Sul representadas pelos Estados de Curitiba, Fortaleza, Amazonas, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, o percentual restante.

Quanto a promoção, o Brasil ainda é muito desconhecido em comparação aos Estados Unidos, União Européia. Cerca de 70% das viagens aéreas são 4 horas de duração. O Brasil disputa os 30% do mercado de vôos de longa distância (com mais de cinco horas). Esses dois eventos representam a oportunidade de tornar o Brasil mais conhecido. Em 11 de julho, ocorrerá a campanha publicitária, feita pelo Fernando Meirelles, que será exibida fora do País, para vincular a imagem do Brasil a Copa do Mundo.

A construção e reforma dos estádios esportivos será a que terá o maior custo da Copa do Mundo de 2014, alcançando um total de R\$ 4,62 bilhões. Pois, todas as cidades deverão passar por reformas, sem contar com cidades como: Natal, Recife e Salvador onde serão construídos novos estádios (BRASIL SUSTENTÁVEL- COPA DO MUNDO- ABDI 2014).

De acordo com a publicação citada no parágrafo anterior, quanto a mídia e publicidade no País, estima-se o investimento de R\$ 6,51 bilhões, efetuados principalmente pelo setor privado.

Devido a grande distancia entre as cidades brasileiras e o esperado aumento no fluxo de visitantes ao País, obrigarão o setor publico a investir na expansão as capacidade aeroportuária e na manutenção ou recuperação de rodovias. Os investimentos são estimados em R\$ 1,21 bilhões, segundo (BRASIL SUSTENTÁVEL- COPA DO MUNDO- ABDI 2014).

Serão instalados os Fan Parks, que são grandes parques ou áreas ao ar livre transformados em espaços de lazer para diversão e integração do publico. Os investimentos são de R\$ 204 milhões, incluindo a estrutura física, serviços de limpeza segurança e outros, alem das atividades de entretenimento, de acordo com a publicação da ABDI.

Também estão previstos investimentos em tecnologia da informação, na reorganização das cidades e principalmente, na segurança.

O aspecto sócio-ambiental também esta integrado a realização de eventos desportivos, dos estádios erguidos com os critérios de “construção verde” ao impacto das viagens de avião no calculo da “pegada de carbono” 4.

Todas as cidades-sedes tem diversas necessidades e o atendimento a essas necessidades pode ser realizado por meio de ações ou políticas publicas “top-down”(de cima para baixo) ou “bottom-up”(de baixo para cima).

5.1 – Previsões

De acordo com (BRASIL SUSTENTÁVEL– COPA DO MUNDO– ABDI 2014), as previsões podem ser listadas, da seguinte maneira:

- Caso sejam realizadas as ações necessárias para permitir ao Pais aproveitar as oportunidades geradas pela Copa do Mundo, o evento poderá proporcionar um crescimento de ate 79% no fluxo turístico internacional para o Brasil em 2014.
- Os investimentos de R\$ 14,54 bilhões nas cidades-sede devem impactar os PIBs municipais em R\$ 7,18 bilhões.
- Para suportar o fluxo de turistas, há uma expectativa de expansão da capacidade hoteleira nas cidades-sede de 19,5 mil unidades ate 2014.
- A Copa pode tirar o Brasil de uma estagnação de cinco anos no fluxo de turistas estrangeiros que recebe, dos atuais 5 milhões para 7,48 milhões ate 2014 e 8,95 milhões em 2018.
- Como herança social, a Copa pode proporcionar a melhoria da auto-estima do povo, ganhos com a educação e capacitação e investimentos em segurança e saúde.

4 Pegada de carbono se refere a quantidade de recursos naturais necessários para sustentar uma determinada população.

Outros setores de influências, podem ser observados no quadro baixo:

Impactos da Copa em 11 diferentes setores da economia

Quadro 6

Setor	PIB total por setor (R\$ milhões)	Crescimento PIB setorial em função da Copa	Impacto total (R\$ milhões)	Impacto direto (R\$ milhões)	Impacto indireto (R\$ milhões)
Têxtil	18.604,99	3,12%	580,47	0,07	580,40
Peças e acessórios para veículos automotores	23.416,56	2%	469,23	3,87	465,36
Eletrodomésticos	4.193,7	10,24%	429,40	0,11	429,28
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15.922,79	2,41%	384,20	42,78	341,42
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	31.675,18	0,84%	267,64	1,24	266,39
Produtos de madeira - inclusive móveis	11.182,77	2,32%	259,97	0,38	259,59
Artefatos de couro e calçados	9.305,75	2,61%	242,70	0,16	242,54
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalares, medidas e ópticos	9.641,35	1,36%	131,44	0,60	130,83
Outros equipamentos de transporte	9.494,36	0,86%	81,92	48,37	33,54
Caminhões e ônibus	3.331,29	1,43%	47,62	37,41	10,21
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	3.380,72	0,12%	3,95	0,21	3,74

Estes setores atingem tanto pequenas e médias quanto grandes empresas

Ano-base do PIB - 2010

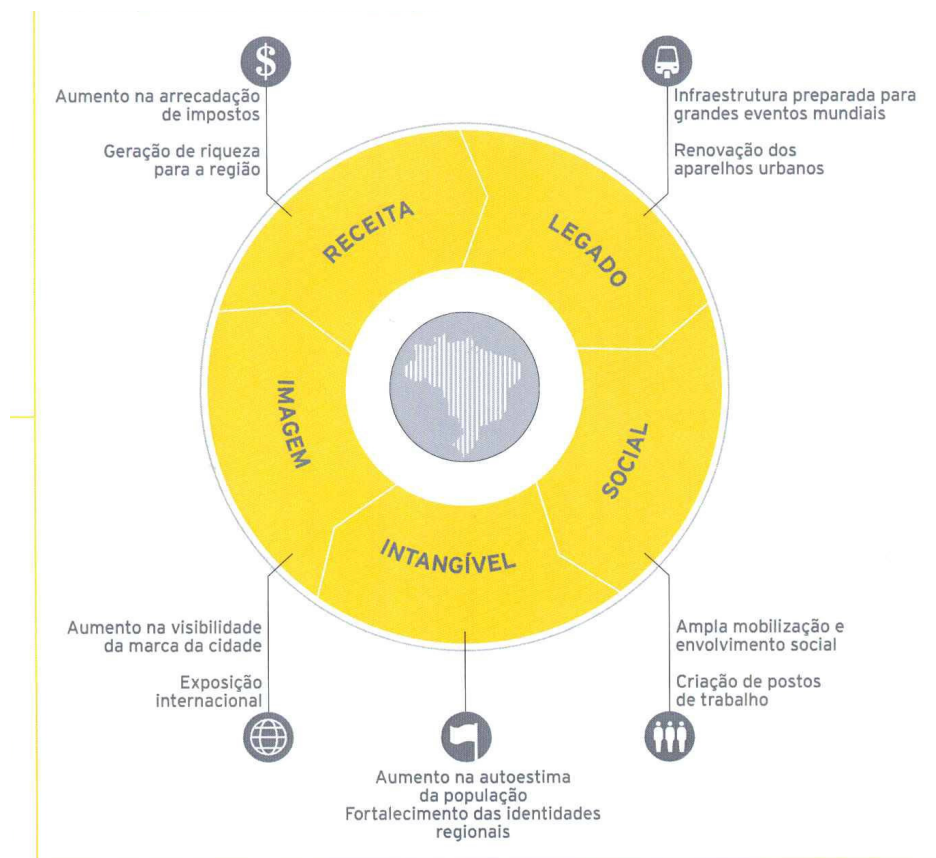
Fonte – Brasil Sustentável – Copa do Mundo – ABDI 2014

É possível perceber, como um evento de nível considerado elevado, pode influenciar na produção de diversos setores da economia. Sendo o setor têxtil o mais influenciado com R\$ 580, 47 milhões, seguido de peças e acessórios para veículos, eletrodomésticos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, entre outros. É importante frisar também, a relevância dos serviços como máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos, com R\$ 267,64.

Segue abaixo, o quadro que mostra as previsões de conquistas para a Copa do Brasil de 2014.

As conquistas do Brasil com a Copa

Quadro 7



Fonte – Brasil Sustentável – Copa do Mundo – ABDI 2014

Uma Copa do Mundo independente do País em que se localize é capaz de mobilizar toda a sua estrutura, seja econômica, social, cultural ou política. Os ganhos podem ser, desde a geração de riqueza para a população, quanto arrecadação de impostos, grandes investimentos em infraestrutura e mobilização social.

É possível perceber também, o ganho que este evento pode trazer para o turismo, quanto ao aumento na visibilidade do País, no fortalecimento das identidades regionais, valorizando a cultura, o folclore e os costumes do Brasil. Ademais, estes eventos criam vários setores de trabalho que capacitam estes funcionários, podendo assim, fornecer melhores serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em análise às teorias neoliberais, é fácil perceber o desenvolvimento do capitalismo como forma de guiar a economia mundial. Sendo assim, o Brasil após a implementação do Plano Real e, anteriormente, com o Plano de Metas alavancou no desenvolvimento econômico, industrializando-se. Este processo tem como uma das conseqüências, adicionalmente a um processo de endividamento que, em princípio, veio justificar um avanço nos estágios de desenvolvimento sócio – econômico da nação, a abertura do mercado brasileiro para a atração de investimentos estrangeiros.

È fácil notar a importância dos investimentos estrangeiros no Brasil, tendo como referencia, a privatização da rede de telefonia móvel, possuidora de empresas estrangeiras prestadoras de serviços que ultrapassam fronteiras.

Graças à beleza natural do Brasil, que sempre foi alvo dos turistas estrangeiros, o País conta com a oportunidade de sediar dois grandes eventos desportivos, nesta década, eventos estes que tem o poder de atrair um grande contingente de visitantes. Dessa maneira, percebe-se a importância da formulação de políticas públicas para atração não só turista, mas também de grandes investimentos estrangeiros no País, ao passo em que se gera emprego e renda.

O Brasil sempre recebeu muitos turistas devido a seus belos produtos como, Foz do Iguaçu, Salvador, Amazonas, Rio de Janeiro mostrando-se diverso em cultura e festividades. Mas desde a realização dos Jogos do Pan de 2007, nota-se o aumento de visitantes focados na área esportiva e, com os eventos que irão acontecer, este “grupo” mostra um volume maior de “necessidades”, não suportado pelas cidades, obrigando o Governo a investir em infraestrutura e capacitação de mão-de-obra, por exemplo.

A Copa do Mundo de 2010, sediada na África do Sul, recebeu investimentos em diversos setores, como infraestrutura aeroportuária, construção e reforma dos estádios, rede hoteleira, serviços em geral, entre outros. Merece destaque também, os projetos desenvolvidos para a Copa Africana, como aqueles que se referem à capacitação do efetivo de trabalho, estendendo-se do aprendizado de um novo idioma á reforma das rodovias e estradas do país.

Um dos projetos mais semelhante com o Brasil foi o desenvolvido pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo da África do Sul, onde a idéia é promover o desenvolvimento integral de crianças – incluindo educação, saúde e a prática esportiva – por meio das escolas de futebol. Este projeto deveria ser desenvolvido no Brasil, nas comunidades mais carentes, como oportunidade das periferias alcançarem um maior desenvolvimento, conectando educação e esporte, fazendo jus assim, à característica internacional do Brasil como o “País do Futebol”.

Por fim, o Brasil mesmo tendo sediado as Olimpíadas do Pan-Americano de 2007, ainda tem muito o que melhorar. As políticas que estão sendo adotadas são: o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) vai disponibilizar o montante de aproximadamente R\$ 47,5 bilhões para investimentos diretos, para investimentos indiretos da ordem de R\$ 135,7 bilhões e a Infraero irá disponibilizar R\$ 5,5 bilhões para os aeroportos. Além disso, as obras de mobilidade urbana programadas somam R\$ 11,5 bilhões, contando com recursos estaduais, municipais e financiamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS).

Outro ponto-chave do mundial é a construção ou reformas dos estádios, que injetará outros R\$ 5,8 bilhões na economia do País. O banco estatal abriu também linha de crédito de R\$ 400 milhões por arena e financia projetos de mobilidade vinculados aos eventos. E segundo Coutinho, presidente do BNDES, o Rio de Janeiro precisará de R\$ 28,8 milhões para as obras da Olimpíada de 2016.

O País hoje não possui uma infraestrutura adequada de aeroportos, estádios e rede hoteleira para estes eventos. Se faz necessário um grande investimento na rede aeroportuária, desde reformas em aeroportos até a construção de mais terminais. Na rede hoteleira, não só é preciso mais locais de hospedagem como também deve se melhorar o serviço oferecido, é de extrema necessidade funcionários bilíngües, devido a grande entrada de estrangeiros. Mas é possível perceber que o Brasil está bastante atrasado em suas obras, ou seja, é claro que em 2014 o País estará preparado, mas essas obras serão feitas as pressas, e isso significa dizer, que a um alto custo também. Sendo que a maior parte do capital destinado será do setor público. Então, qualquer país que sedie um evento deste porte, tem muito a ganhar, desde conhecimento técnico até melhorias para a própria sociedade, se souber preservar o que será construído.

BIBLIOGRAFIA

ALEM, Ana Claudia e GIAMBIAGI, Fabio. Aumento do Investimento: O desafio de elevar a poupança privada no Brasil. Textos para a discussão 60. IPEA - Rio de Janeiro, dezembro – 1997.

ARAÚJO, José Prata. Manual dos Direitos Sociais da População; as reformas constitucionais e o impacto nas políticas sociais. Belo Horizonte/MG: Editora e Gráfica O Lutador, 1998.

ARBACHE, Jorge Saba. Comercio Internacional, Competitividade e Políticas Públicas no Brasil. ISSN 1415-4765. Texto para discussão n° 903. IPEA - Brasília, agosto de 2002.

BRANCALEONE, Cássio. Os jogos Pan-Americanos de 2007 e sua política e segregação sócio-espacial: aspectos do Rio de Janeiro como cidade-mercadoria. Centro de Estudos Direito e Sociedade – Boletim/Abril de 2007.

CAPELA, Paulo Ricardo do Canto. Os mega-eventos esportivos e as políticas públicas de esporte e lazer de resistência. Motrivivência Ano XVIII, N°27, pág. 101-116 Dez/2006.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Os impactos da estratégia de abertura externa no Brasil da década de 90 sobre a distribuição de renda e riqueza.

CARVALHEDO, A. Turismo esportivo. Disponível em: Atlas Esporte Brasil.

CARVALHO, Pedro Guedes e LOURENÇO, RUI . Turismo de prática desportiva: um segmento do mercado do turismo desportivo. Rev Port Cien Desp 9(2) 122–132.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9
Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>

Acesso em 11 de setembro.

GARLIPP, Jose Rubens Damas. Fluxos de Capital para Economias Emergentes e Nova Arquitetura Financeira Internacional. Instituto de Economia - Universidade Federal de Uberlândia.

GREGORY, Denise e OLIVEIRA, Maria Fátima Berardinelli Arraes. O desenvolvimento de ambiente favorável no Brasil para a atração de investimento estrangeiro direto. 2005

LACERDA, Antonio Correa. Inserção externa dos países em desenvolvimento – Uma análise dos fluxos de investimentos diretos estrangeiros e exportações. Revista Contemporânea, Rio de Janeiro, págs. 263-282, jul/dez 2004

LANZARINI, Elias Junior e FERRO, Mauricio Teixeira. “Turismo Esportivo: Renda, Educação e Lazer. Revista turismo. Abril de 2004.

MATTOS, Leonardo, CASSUCE, Francisco e CAMPOS, Antonio. Determinantes dos Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil, 1980-2004. Revista Econômica Contemporânea, págs – 39,60, jan/abr.2007

NETO, JOSÉ CRETELLA. Empresa Transnacional e Direito Internacional - exame do tema a luz da globalização. Editora Forense. Rio de Janeiro 2006

NEVES, Thaís. “A vulnerabilidade externa da economia brasileira no sistema financeiro internacional – década de noventa”. Monografia de Relações Internacionais. Salvador, Dezembro de 2004.

SALVI, Luciane Teresa, HARDT, Leticia Peret Antunes et all. Novos desafios à administração estratégica de políticas públicas e projetos urbanos. Revista FAE, Curitiba, v.10, n.1, págs. 49-62, jan/jun 2007.

SILVA, Cristian Luiz da. Investimentos Estrangeiros Direto: da dependência à globalização. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 2002.

Suplemento Publicitário. “O desenvolvimento do turismo” Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa – FUNDEP. Brasília, sábado, 11 de setembro de 2010.

Suplemento Publicitário. “O papel do turismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil” Ministério do Turismo e Fundação Assis Chateaubriand. Brasília, Distrito Federal, quarta-feira, 30 de junho de 2010

Publicação do Departamento de Comunicação e Gestão da Marca Ernst e Young Brasil. “Brasil Sustentável – Impactos Econômicos da Copa do Mundo 2014” Acesso em 29 de outubro.

SITES CONSULTADOS –

Cultura Brasil - <http://www.culturabrasil.org/neoliberalismoeglobalizacao.htm>

Scielo - www.scielo.br

Banco Mundial - www.bcb.gov.br

JORNAIS:

Suplemento Publicitário – O papel do turismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil
- Brasília, Distrito Federal, quarta-feira, 30 de junho de 2010.

Suplemento Publicitário – O Desenvolvimento do Turismo – Brasília, sábado, 11 de setembro de 2010.